

**Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais**

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
ANA SANDIM	...fragilidades na região sul. Porque quando você faz o abairramento, você pega glebas, que vão ficar parte na zona rural, parte na zona urbana.	A proposta de abairramento, especialmente nas áreas não urbanizadas, foi traçada levando-se em conta os marcos físicos e geográficos dessas regiões. Além disso, o Município não dispõe do cadastro fundiário de todas as propriedades existentes em seu território, especialmente as localizadas nas regiões rurais ou nas regiões não urbanizadas.
ANA SANDIM	Taiapuêba, Quatinga, estou vendo atividades urbanas sendo desenvolvidas em áreas de fragilidade ambiental com licenciamentos que não são condizentes com a realidade.	O Município vem realizando um trabalho intensivo para evitar ocupações irregulares na cidade. Desta forma, solicitamos aos munícipes que, ao constatar essas ocupações irregulares, especialmente em áreas de maior fragilidade ambiental, denunciem às autoridades competentes. Denúncias sobre ocupações irregulares podem ser feitas à Prefeitura pelo telefone 153, da Central Integrada de Emergências Públicas (Ciemp).
ANA SANDIM	... que vai acontecer com a bendita da Avenida das Orquídeas, que é excelente, precisávamos, mas estamos numa área frágil ambiental. E queira ou não, nós vamos ter construção. Como é que nós vamos trabalhar? Então, quando a gente for verificar essa compartimentação, que abra dentro da lei, um capítulo ou item especial pra cada caso ser estudado e com audiência pública, viu? Por exemplo, no caso, vai ser lá em Taiapuêba, ter uma audiência com os moradores com a região sul. Vai ser no Taboão, tem uma audiência. E outro caso específico é o Jefferson.	No caso específico da Avenida das Orquídeas, a região foi delimitada pelo novo Plano Diretor como uma Área de Intervenção Urbana - AIU, por tratar-se de áreas com processos de expansão urbana e de mudanças nos padrões de uso e ocupação do solo em larga escala, e também por conta da inserção de parte dessa área em compartimento de interesse ambiental (Área de Proteção Ambiental - APA da Várzea do Rio Tietê). Para a utilização de parâmetros urbanísticos distintos do estabelecido no zoneamento, cada AIU deverá contar com um Projeto Urbanístico Específico - PUE, que subsidiará a regulação urbanística do território. O PUE será elaborado em conjunto com o Poder Executivo Municipal e deverá ser submetido à aprovação do Conselho Municipal da Cidade. Os PUEs de AIUs não previstas no Plano Diretor deverão ser objeto de pelo menos uma audiência pública.
JORGE TRÍPODE	... cooperação das associações representativas no planejamento municipal, a participação de entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que sejam concernentes. Em nenhum momento, a Associação dos Moradores da Vila Oliveira foi chamada oficialmente pela Prefeitura pra participar desse plano. Onde está as pontações da Associação da Vila Oliveira e outras associações? Eu não vi, assim, que outras associações participaram também.	Resposta ofertada na Audiência: Com relação à participação popular, a participação é aberta a todos, não é feito um convite oficial. Todo mês, através da participação, da divulgação da imprensa, os próprios editais da prefeitura, o público está discutindo desde novembro de 2017, todos têm pleno conhecimento. A presença de vocês aqui, a participação que vocês já fizeram por escrito, mostra isso, da participação de vocês. Caio Vano: O edital, o chamamento, é a ampla publicidade de todos os cidadãos da cidade de Mogi das Cruzes pra discutir isso daí. Foi feito um edital de chamamento no início da discussão do Plano Diretor, tivemos oportunidade até, inclusive, de palestrar, foi no Theatro Vasques, mais de trezentas pessoas, umas trezentas pessoas lá, não me recorde, muita gente e aí foi o início da proposta da discussão do Plano Diretor. Fora isso, diversas, rádio, comunicação, televisão, tive oportunidade até de participar de alguns programas pra discutir o Plano Diretor. Mas, oficialmente, de acordo com a legislação, o chamamento é pelo edital. Todas as audiências públicas, da disponibilização de minuta e hoje, com a tecnologia se alia isso à disponibilização no site da prefeitura, onde todos podem consultar e fazer as propostas.
JORGE TRÍPODE	Uma segunda pergunta, no mapa do abairramento da Vila Oliveira comparado com o Jardim Armênia. Tá incluso o vetor. A Vila Oliveira, agora, vai constar como Jardim Armênia, o que entra em conflito com a lei de zoneamento, a ZOP-3, permitindo, assim, a entrada de edifícios, de comércio de modo geral dentro do bairro da Vila Oliveira, entendeu? Vai poder expandir todo esse... Então, qual é a solução para isso? Não seria interessante tirar esse pedaço do Jardim Armênia do bairro, a Vila Oliveira?	Resposta ofertada na Audiência: Com questão ao abairramento, o abairramento foi um trabalho feito junto com a comunidade, nós tivemos, inclusive, uma reunião na Associação de Engenheiros e Arquitetos mostrando esse limite de abairramento lá. Agora, a gente anota a sugestão de você aqui pra ver essa questão da Vila Oliveira/Jardim Armênia, só lembrando que, com o Plano Diretor vai fazer novos preceitos urbanísticos, que naturalmente, na sequência, vão induzir, necessitar uma revisão da nossa atual lei de uso e ocupação do solo. E não independe isso, que a gente tenha dentro de um mesmo bairro, zoneamentos distintos. Pode ser que a gente continue com o mesmo território, com a ZOP-3, ou que não, isso é um estudo que vai um pouquinho mais pra frente, dentro da lei de uso e ocupação do solo.
JANE R. P. de LIMA	essa presente audiência está sendo realizada em período de férias escolares, quando milhares de moradores da cidade, incluindo pais e estudantes, estão fora da cidade, o que conflita com a garantia de que, em toda audiência pública relacionada com a elaboração do Plano Diretor, deve ser garantida a presença de todos os cidadãos e cidadãs	Resposta ofertada na Audiência: Só esclarecendo alguns pontos pra senhora aqui, respeito todas as pontuações que a senhora fez, mas é importante demonstrar pra todos que estão aqui, todos que estão aqui participaram do processo que a Prefeitura, a Secretaria de Planejamento está, sim, cumprindo o Estatuto da Cidade, está, sim, cumprindo todas as regras que são necessárias pra realização dessa audiência ou pra construção de um trabalho tão importante como é o Plano Diretor, principalmente porque a gente tá vendo a cidade não só como um único bairro, ou só pra um único lugar, a gente tá olhando pra cidade como um todo, dos 721 km ² que a gente tem no município, visando o desenvolvimento da nossa cidade pros próximos dez anos. Então, a gente tem muita tranquilidade de toda a condução e toda a transparência do processo.
JANE R. P. de LIMA	constasse em ata, que seja registrado, então, que a Prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo está descumprindo o Estatuto da Cidade que, em seu artigo 40..., em seu artigo 40, parágrafo 4º, inciso II, determina que os poderes legislativo e executivo municipais garantam publicidade quanto aos documentos e informações produzidas no processo de elaboração do Plano Diretor, considerando que, na página eletrônica da Secretaria de Planejamento, relacionada ao anteprojeto de alteração do Plano Diretor, não constam até a presente data, as atas das reuniões temáticas, das reuniões devolutivas e das atas das reuniões de conclusão de grupo de trabalho e inteiro teor das sugestões, críticas e propostas encaminhadas pelos cidadãos via link próprio disponibilizado pela mesma secretaria de forma que tais documentos e informações estão sendo omitidas ao público em geral.	Resposta ofertada na Audiência: É lógico que todo o processo administrativo do Plano Diretor está na Secretaria de Planejamento pra consulta de cada um dos senhores, o processo é público e lá estão constando todas as atas, todos os trabalhos, todas as informações que são necessárias. No site da prefeitura é colocado, não está, com as principais informações? Mas o processo administrativo tem todas as informações que se fazem necessárias. Então, é importante só esclarecer isso, e está também..., é importante dizer, quando fala que não tem transparência ou que não recebeu, a própria apresentação que eu fiz anteriormente já mostrou quantas contribuições a gente recebeu, de quais entidades fizeram as contribuições, inclusive da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências.

Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
JANE R. P. de LIMA	Registra-se, também, que a Secretaria Municipal de Planejamento não informa ao cidadão o recebimento de sua sugestão, crítica ou proposta encaminhada por esse link, viciando a transparência desse processo.	Resposta ofertada na Audiência: É importante dizer, quando fala que não tem transparência ou que não recebeu, a própria apresentação que eu fiz anteriormente já mostrou quantas contribuições a gente recebeu, de quais entidades fizeram as contribuições, inclusive da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências. Lembrando que, conforme estabelece o regulamento, a gente recebeu durante todo o processo eletrônico que se abriu em abril e terminou agora no último dia 15, várias dessas sugestões que a gente colocou na apresentação. E hoje, a gente tá recebendo ainda novas sugestões. Então, o que vai ser publicado, o próprio regulamento diz: daqui vinte dias, daqui quinze dias a gente vai pôr a ata e vinte dias a gente vai publicar todas essas sugestões, inclusive aquelas que foram apresentadas pela associação através de um ofício. Todas da população que fizeram.
JANE R. P. de LIMA	a Prefeitura, por meio de suas secretarias, ou de qualquer de seus órgãos, contratou alguma empresa, ou pessoa física, ou recebeu de forma gratuita, de alguma empresa ou pessoa física, minuta de anteprojeto do novo Plano Diretor de Mogi das Cruzes?	Resposta ofertada na Audiência: Só pra contribuir com a questão da Jane, todo o trabalho do Plano Diretor foi construído pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por seu corpo técnico, pelos arquitetos que estão aqui, junto com a sociedade civil, pelo corpo técnico da Associação de Engenheiros e Arquitetos e um trabalho dessa magnitude a gente contou com uma equipe de consultoria, onde foi feito um processo licitatório. Ganhou uma empresa que chama Stuchi Arquitetura, São Paulo, onde tem profissionais doutores em urbanismo que nos ajudaram, inclusive, a ganhar esse prêmio do IAB-SP.
JANE R. P. de LIMA	como será realizado o processo decisório de inclusão no anteprojeto do novo Plano Diretor, das propostas aos cidadãos?	Resposta ofertada na Audiência: Todas essas, pode ficar registrado e tranquilo que serão apresentadas e tecnicamente serão manifestadas o acolhimento ou não das sugestões.
PAULO ERNANI B. SANTOS	Nós tomamos a iniciativa, nenhuma das nossas sugestões até agora foi sequer analisada, discordando totalmente do senhor quando coloca que há transparência, não há transparência nenhuma no site da Secretaria de Planejamento. Nós não conhecemos nenhuma das 96 sugestões e propostas. Como é que nós vamos agora aqui falar dessas 96? Então, eu peço a gentileza, então, de, ratificando a colocação da nossa colega Jane, não há transparência.	Resposta ofertada na Audiência: Então, o que vai ser publicado, o próprio regulamento diz: daqui vinte dias, daqui quinze dias a gente vai pôr a ata e vinte dias a gente vai publicar todas essas sugestões, inclusive aquelas que foram apresentadas pela associação através de um ofício. Todas da população que fizeram, o próprio Caio manifestou que fez duas através do site e todos os outros cidadãos que fizeram. A própria Associação de Engenheiros e Arquitetos também, encaminhou as suas sugestões e todas essas, pode ficar registrado e tranquilo que serão apresentadas e tecnicamente serão manifestadas o acolhimento ou não das sugestões, Caio Vano: Deixa eu falar só pra esclarecer. Não necessariamente, como o Claudio falou, você dá a contribuição, não há qualquer ilegalidade se você não dispor no site. É um processo administrativo, ele é passivo de consulta. Se for lhe negada a consulta, ou a consulta a qualquer cidadão de Mogi das Cruzes, aí é um ato de ilegalidade. É só esclarecer isso. Publicidade é isso. Não há nenhuma obrigação legal de disponibilizar todas as consultas, os principais trabalhos no site pra dar a publicidade. Tanto é que a lei é arcaica, quando ela foi feita, não tinha nem internet. Então, quer dizer, é tudo em processo físico.
PAULO ERNANI B. SANTOS	o plano aqui de arborização, municipal de arborização, ele diz o seguinte: Plano Municipal de Arborização - a arborização bem planejada e plantada contribui para a diminuição da temperatura, da radiação solar, melhoria da qualidade do ar. Os bairros mais arborizados são Vila Oliveira, Monte Líbano e Socorro.	Resposta ofertada na Audiência: Com relação ao plano de arborização, eu acho que o Plano Diretor traz uma coisa muito importante, não só isso, que é a questão da criação do corredor ecológico, onde o trabalho junto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e da Universidade de Mogi das Cruzes - eu vejo aqui que vai falar também o professor Ricardo Sartorello, vai poder falar um pouquinho disso, sobre a importância de a gente ter a nossa cidade mais arborizada, os nossos bairros mais arborizados, a questão da proteção e da formação, da contribuição que vai trazer pro nosso município, a formação desse corredor ecológico de conexão entre a Serra do Mar e a Serra do Itapeti. Mas, esse é um ponto importante que a gente tem que pensar no futuro da cidade, a questão, sim, de arborização.
ROGÉRIO DE JESUS DOMINGOS	O que Mogi tá fazendo pras pessoas que estão ficando um pouquinho mais idosas? Eu moro em Braz Cubas, moro no Mirage, tem vários bairros que eu faço projeto também. Mas tá com problema que a calçada é pequena, tem um metro e meio, é muito declive. Então, se você for querer utilizar a calçada, não dá.	Resposta ofertada na Audiência: O próprio Plano traz incentivos agora pra essa construção de cidade, pra que os empreendedores, quando for construir um prédio, possam fazer calçadas mais largas, onde a gente possa, ter, sim, um processo de arborização, a faixa livre, de infraestrutura.
ROGÉRIO DE JESUS DOMINGOS	Por que os loteamentos em Mogi é 10X50, 10X30, 10X25, agora são em torno de 7,5X20. Por que tem essa diminuição? Consequentemente, as casas acabam sendo menores, cômodos menores, a gente não tem como deixar um ambiente melhor pros próprios moradores.	Resposta ofertada na Audiência: Então, é verdade que muito da nossa cidade que existe hoje, ela vem de leis que são muito mais antigas, que trouxeram a possibilidade de ter um parcelamento de solo mais justo, de 5X25, que é o 125m², que o senhor tá falando, onde a gente tem uma cidade cada vez menos ofertada. Eu até discutia ontem isso na Secretaria, que muitas vezes - a Ana é professora, Selmo, muitas vezes o campo da arquitetura e urbanismo se preocupa muito mais com a edificação e menos com a cidade. Então, isso tem mudado muito nas nossas discussões e esse Plano mostra muita preocupação da cidade, justamente pra que a gente tenha quando da implantação de loteamento, as áreas institucionais, as áreas de lazer, pra que a gente possa, sim, ter espaços adequados e agradáveis pra vivência na cidade.

**Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais**

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
SELMO R. SANTOS	O fato é que o decreto dos membros do ConCidade que estão gerindo e fazendo parte, eles são compostos de 24 membros. Esses 24 membros, eles são dez cadeiras do Poder Executivo, com as suas secretarias, 7 movimentos sociais populares, 2 cadeiras de trabalhadores pros sindicatos dos trabalhadores, 2 de entidades de empresas do comércio e de desenvolvimento urbano e 2 entidades do conselho profissional acadêmico e de pesquisa e aí entra uma ONG. Então, essas cadeiras elas podem ser mudadas e é dentro do Plano Diretor que eu tô me propondo a fazer. A propositura nossa é que as características de Mogi, pelo fato da gente contemplar uma cidade que a gente tem uma cidade altamente universitária, com duas universidades, sendo uma delas agora mudando de categoria, mas, pra mim é a Braz Cubas e a OMEC. Então, além de ter essas características, vamos dizer assim, da cidade, eu acho que a representação desses membros precisam ser compostos da forma que a cidade está. Então, eu preferia, resumidamente, passar aqui, mantidos dez cadeiras do executivo, os três membros do movimentos sociais e populares, que o testemunho é que a omissão por parte dessas entidades é palpável; mantidos dois sindicatos trabalhadores, passar a ter três entidades de comércio e desenvolvimento urbano e passar pra cinco entidades de conselhos profissionais e acadêmicos e de pesquisa. Pra poder caber dentro desses, dessas especialidades, as duas universidades, o CAU, o CREA e a própria Associação.	Sugestão parcialmente acolhida. Em que pese a relevância da proposta para o aumento da representação dos setores empresariais, profissionais e acadêmicos na composição do Conselho, principalmente por conta das matérias de conteúdo altamente técnico, que são submetidas à apreciação e deliberação do mesmo, a proposta de redução de 07 (sete) representantes dos Movimentos Sociais e Populares para 03 (três), nos parece um pouco excessiva. Sugerimos, portanto, a alteração da composição do Conselho, de acordo com o que segue: manutenção dos 10 (dez) representantes do Poder Executivo, redução dos representantes dos Movimentos Sociais e Populares de 07 (sete) para 05 (cinco), manutenção dos 02 (dois) representantes dos Trabalhadores, por suas Entidades Sindicais, manutenção dos 02 (dois) representantes de Entidades Empresariais relacionadas ao Desenvolvimento Urbano, aumento dos representantes das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos de Classe de 02 (dois) para 04 (quatro) e manutenção de 01 (um) representante das Organizações Não Governamentais (ONG's) com atuação na Área de Desenvolvimento Urbano. Essa proposta foi elaborada conjuntamente com os membros da Câmara Temática de Desenvolvimento Urbano Sustentável - CTDUS do Conselho Municipal da Cidade de Mogi das Cruzes - ConCidade.
SÍLVIO AP. MARQUES	O bairro Itapety está esse aqui, aqui ó, está como Moralogia, lá nunca foi Moralogia. Moralogia é uma propriedade do Nobolo, doutor Nobolo, quem conheceu o doutor Nobolo do Hospital Ipiranga, que tem uma propriedade aqui no fundo, aqui, que ele comprou uma área lá e ele acabou fazendo um instituto lá. Comprou um sítio, fez Instituto da Moralogia, estuda moral. Aí, acabou, num sei por que a Prefeitura achou bonito, pessoal aí colocou Moralogia, mas não é Moralogia. É uma referência, acabou também tomando o nome da estrada principal. Estrada da Moralogia, estrada, tudo bem, mas o bairro, nós vamos brigar, porque eu tenho conhecimento de famílias lá, eu tenho documento de mil e oitocentos e alguma coisa e é Itapety com "y"	Sugestão acolhida. Alterada a denominação do Bairro Moralogia para Bairro Itapety (v. Mapa 04 - Abairramento).
SÍLVIO AP. MARQUES	sobre a questão do aterro sanitário, não quero aterro sanitário e aqui em Mogi de forma nenhuma, quero novas tecnologias	A temática dos resíduos sólidos, dentro do escopo do novo Plano Diretor do Município, é tratada no Título III - DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO, Capítulo III - DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, Seção III - Da Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos, especialmente nos artigos 166 e 167. O inciso II, do art. 166 estabelece como um dos objetivos da política municipal de saneamento básico, no tocante aos sistemas de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, "Buscar soluções no território municipal, ambientalmente sustentáveis, para a destinação final dos resíduos sólidos do Município". Esclarecemos, no entanto, que as questões atinentes à temática dos resíduos sólidos deverão ser oportunamente aprofundadas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá abranger a revisão/atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2013, elaborado pela Ambconsult Estudos e Projetos Ambientais e aprovado pela Lei Complementar nº 103, de 25 de novembro de 2013.
SÍLVIO AP. MARQUES	Porque outra questão também da lei que vai ser revogada que é a 46 e vai passar a ser essa aí, ela foi congelado a ampliação de novas mineradora no bairro do Taboão.	A proposta para o novo Plano Diretor do Município corrigiu e atualizou a delimitação das áreas classificadas como ZEDE-1 (Zonas Especiais de Desenvolvimento Econômico - áreas preferenciais para mineração). A proposta foi elaborada em conjunto com representantes do setor minerário e também com representantes das Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico e Social.
JEAN COLMEAL	É eu vejo, de alguma forma, um desperdício ali no centro. Um desperdício de área pronta, de área urbanizada, de área viva durante o dia e quase morta durante a noite. É uma coisa que incomoda muito, porque nós temos lá nosso trabalho, nosso escritório, seis da tarde nós vamos embora e deixamos lá o centro ao léu. Então, uma coisa que, um ponto que eu acho que a gente deve reforçar nesse Plano Diretor é a utilização, o reaproveitamento, o olhar para o centro da cidade. Não para o que ele já nos oferece. Porque durante o dia é só nós irmos e sermos atendido pelo centro. Mas, à noite, tá lá, o centro tá lá e a gente precisa levar pessoas pra morar no centro. A gente precisa levar comércio que atendam as pessoas à noite, no centro. Passemos o Teatro Municipal, o entorno do Teatro Municipal poderia ser um centro gastronômico. As pessoas iriam ao Teatro, poderiam comer ali perto, poderiam usar o centro à noite	Resposta ofertada na Audiência: No centro mais tradicional, histórico, mas também na região do Centro Cívico, e a ideia é que a gente tem uma série de incentivos pra que a gente tenha, realmente, habitação, pra que a gente tenha vida, pra que a gente utilize melhor essa área da cidade, que tem um grande potencial. Seja diuturnamente, com a pujança do seu comércio, ou noturnamente, com as possibilidades que a gente pode ter ali. Inclusive (...) urbanísticos também são previstos no Plano Diretor. Você citou um deles aqui, o IPTU progressivo no tempo, a gente tem alguns outros que serão importantes instrumentos pra que a gente possa criar e incentivar essa dinâmica na área central.
JORGE LUÍS COELHO	a possibilidade de um estudo de tornar o bairro do Cocuera num distrito	Sugestão acolhida. Vide Mapa 03 - Divisão Administrativa - Distritos.

Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
CINTIA SECARIO	<p>E eu gostaria de saber quais foram essas inserções, porque pra gente apreciar, a gente tem que conhecer essas inserções. Então, eu gostaria muito de saber, porque nós procuramos no site, nos documentos da prefeitura e nós não encontramos. A gente sabe que houve, o prazo foi estendido, acabou de acontecer esse prazo, então, haverá uma nova audiência pública?</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: Primeiro, agradecer a sua contribuição, registrar que a gente recebeu realmente um documento muito importante da Rede Nossa Mogi, ele realmente tece principalmente questões ambientais. Nós já encaminhamos esse documento pra Secretaria de Verde e Meio Ambiente que é a nossa, é o nosso grande braço que ajuda a estruturar todos os pensamentos, a construção ambiental dentro do Plano Diretor e, por isso, a gente tem dentro do regulamento, um prazo pra que a gente possa dar essa devolutiva. Então, dentro do regulamento ele fala que em 20 dias da nossa audiência, poderiam algumas contribuições que a Rede trouxe, além de contribuições que podem aparecer hoje, aqui na Audiência, se somar e a gente fazer uma análise e uma manifestação única do que pode ser acolhido, do que não pode ser acolhido e devidamente justificado.</p>
TÚLIO BONFANTE	<p>publicar esses dados de forma aberta, com o dado aberto. Não só um impresso em PDF, dos mapas, mas também, o vetor pra pessoa conseguir abrir. Hoje em dia, a gente tem a tecnologia a nosso favor e quase todo mundo tem aí, pelo menos um smartphone na mão, então, as pessoas usam esse dado. Então, seria muito interessante, se vocês conseguissem pensar numa maneira de disponibilizar essas informações de forma aberta, né. Se não puder ser um arquivo shapefile, às vezes vão falar que é um termo que inibe essa coisa que eu tô falando, mas é uma coisa muito intuitiva pra pessoa trabalhar. O próprio arquivo do Google, KML, KMZ, qualquer um consegue entrar lá no site da Secretaria, clica no arquivinho e abre no seu smartphone, é algo assim super tranquilo. Mas, fica aqui, um apelo mesmo pra prefeitura, pra pensar nessa questão de abrir os dados de forma digital.</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: A sua pontuação é totalmente pertinente porque a gente observou, justamente, a evolução tecnológica de informação de possibilidades que a gente teve do Plano de 2006 pra agora, até pra compor, desenhar esses mapas, até junto com a universidade, essa troca de informação que é importante, e, sem dúvida nenhuma, através dos portais de tecnologia, cada vez mais, a gente vai poder disponibilizar essas informações, pra que qualquer cidadão possa usufruir dessa informação.</p>
AURO MALAQUIAS DOS SANTOS	<p>a implantação de uma estação de conexão em Cezar de Souza</p>	<p>A proposta para o novo Plano Diretor do Município já prevê para a região de Cezar de Souza, a implantação do terminal de ônibus, em local mais próximo da linha férrea, na região da Avenida Riciéri José Marcatto, nas proximidades da Estação Cezar de Souza (desativada). É de entendimento da Municipalidade que a proximidade geográfica entre os dois modais reforça ainda mais a justificativa para a vinda do trem de passageiros para essa região. De qualquer maneira, a proposta da estação de conexão apresentada será devidamente encaminhada para a Secretaria de Transportes.</p>
PAULO ERNANI B. SANTOS	<p>Não se permita que alguns serviços, comércio, ou mesmo escolas, comecem a entrar através da Manoel Rudge, devagarzinho. Ali é residencial. É um local, inclusive, que tem espécies de animais lá. Tem também o aspecto da paisagem pra cidade, o aspecto histórico e além do mais, quando se fala em sustentabilidade, nós temos que lembrar que o desenvolvimento sustentável não é só um corredor. Faz um corredor e o resto da cidade fica no asfalto e em prédios? Não. Desenvolvimento sustentável, você tenha que ter um, né, social, ambiental e econômico. São três aspectos. Se você acaba com a Vila Oliveira, você vai aumentar o calor na cidade, vai criar uma ilha de calor ali. Então, nós, como moradores, nós temos que ser ouvidos. Você não pode passar por cima da vontade de quem mora naquele local. Nós temos já, mais de mil pessoas que assinaram petição que não quer mudança. Algumas pessoas conseguiram que suas sugestões fossem aprovadas. Nós não fomos, não estamos sendo escutados, só vamos ter a resposta, depois, pelo site dizendo que não foi aprovado. Não, eu acho que a penalização de uma nova audiência é imperativo. Até para que seja a devolutória, seja presencial, para que as pessoas possam contradizer se acharem importante. Então, nós ratificamos o que a nossa... o que a Célia colocou. Que seja feita uma devolutória e uma audiência pública pra que essa devolutória seja discutida.</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: E só esclarecer, que todas as pontuações que a gente recebeu, seja da pessoa física do Caio, de vocês, da Associação, através do ofício, da Rede Nossa Mogi, Beija Flor, todas elas estão sendo ponderadas, todas serão esclarecidas. É que as pontuações do Caio foram mais simples e a gente já conversou pessoalmente, como a gente já... alguns de vocês já pudemos conversar, mas, todas seguirão o mesmo rito. Assim, como o Jorge acabou de fazer uma manifestação que não está no produto, sobre a criação do novo distrito de Cocuera, que particularmente, eu acho que é relevante. Uma questão que foi apontada, da criação de dois distritos do extremo norte do município, do Taboão e do Alto Parateí, fazer tudo parte do distrito-sede, isso saiu das nossas reuniões, nas nossas audiências do bairro. Hoje, saiu na nossa audiência, aqui, a questão da criação do Cocuera. Por isso que a gente vai compilar todas essas informações, fechar e a Associação dos Moradores, todas as associações, todos os cidadãos terão resposta, sim, das suas contribuições, o que pode ser acatado, o que não pode ser acatado.</p>

Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
JORGE TRÍPODE	<p>Arraes, ele me enviou uma mensagem e gostaria de deixar registrada essa mensagem porque é importante a participação dele. "Espero encontrar em plena sessão da Audiência Pública, que parece que não conseguimos adiar. Ainda ficarei fora de Mogi até o final desse mês. Gostaria, se possível, de utilizá-lo, que fizesse todas as colocações para o Secretário Claudio, pudesse dar melhor explicações sobre os artigos 112 (Planos de Bairro), principalmente o parágrafo 2º do item, do artigo 113, do item 6º do artigo 113. O que quer dizer especificamente o artigo 243? "Os terrenos existentes anteriores à lei que revisar a LOUOS, localizados na Macrozona de Contenção da Urbanização e na Macrozona de Preservação Ambiental em Área Urbana, que possuam dimensões inferiores ao indicado nesta lei e na lei que revisar a LOUOS, poderão utilizar os parâmetros estabelecidos no Quadro 01A, até o limite especificado neste mesmo quadro."</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: O 242 fala o seguinte: os terrenos existentes anteriores à lei que revisar a LOUOS, localizados na Macrozona de Contenção de Urbanização e na Macrozona de Preservação Ambiental em Área Urbana, que possuam dimensões inferiores ao indicado nesta lei e na lei que revisar a LOUOS, poderão utilizar parâmetros estabelecidos no Quadro 01A, até o limite especificado no mesmo. O que é que acontece. A cidade... - seu Nilton, seu Nilton, só pedir, se o senhor tiver mais alguma coisinha, ou fazer ali do lado, porque tá atrapalhando um pouquinho a nossa, nossa Audiência. Obrigado. - isso, o que é que tá falando, depois a gente passa isso pro Arraes, mas, Jorge, a questão é seguinte: a cidade é um organismo vivo, enquanto a gente tem a discussão do Plano Diretor, a gente continua tendo licenciamento de outros empreendimentos. A cidade, quando ela estabelece aqui, em macrozonas, estabelecendo o corredor ecológico, as áreas de contenção, os parâmetros urbanísticos ali, serão alterados. Então, terá uma outra dinâmica urbana. Acontece neste momento, a gente tem alguns outros empreendimentos que estão sendo aprovados. Então, esse artigo 242, justamente ele prevê esta compatibilização e garante o direito que aqueles que forem aprovados agora, que eles ainda tenham o seu direito adquirido pela lei atual, tá? Essa é a questão aqui do 242. Depois você falou do 112... 243, ele trata especificamente do Aeródromo Terra Branca, então, aquela... tem aprovação do município. É um aeródromo ali na região sul do município, próximo de Varinhas, ele aparece também na nossa área de intervenção urbana, pra gente dar um tratamento específico pra esse equipamento. Então, 243, ele fala: área destinada a receber o Aeródromo Terra Branca, demarcada no mapa 12, será objeto de projeto urbanístico específico, destinado à criação da respectiva Área de Intervenção Urbana Sítio Aeroportuário. Justamente pra gente ter a devida atenção numa área que é sensível do município. Esse parágrafo tá pedindo atenção nisso. Deixa eu só pegar o 112, aqui, e o 113... Bom , o 112, ele tá dentro da Subseção IV - Dos Planos de Bairro. Então, ele fala: os Planos de Bairro são projetos urbanísticos específicos destinados à transformação urbana, mediante integração de políticas públicas setoriais. Então, um pouco daquilo que a gente já conversou, que a cidade é formada hoje, por loteamentos, e em cima dos loteamentos a gente tem o zoneamento. Então, muito, quando vocês da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências falam, a ZOP-3, simplesmente é uma área demarcada dentro do zoneamento, e a gente vai passar, agora, a ter uma força muito maior dos bairros através da divisão administrativa dos bairros. Então, quando você, na sua fala anterior, citou a questão, acho que da, da questão do Jardim Armênia com a Vila Oliveira, é o que a gente tem que justamente olhar, em função da criação desses, desse abairramento.</p>
JANE R. P. DE LIMA	<p>Então, o que são esses denominados conselhos de bairro? Previsto no artigo 113, parágrafo 2º, e artigo 203, parágrafo 7º. Como é que serão instituídos e como será sua composição? Qual a participação dos moradores dos bairros nos respectivos conselhos de bairro? Qual a função desses conselhos e o seu alcance decisório? Como fica a participação da Associação dos Moradores nesses conselhos? Já que a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade garantem a sua participação nas decisões sobre qualquer alteração urbanística na cidade e na área de suas moradias.</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: Quando a gente fala da visão, justamente desse bairro, da gente criar esse Conselho de Bairro, é justamente que a Prefeitura tem de uma maneira mais ordenada e organizada, essa própria voluntariedade que já acontece com vocês, na Associação. A partir do momento que a gente vai ter o Plano de Bairro, várias associações, ou várias instituições que tem numa determinada localidade, possam se agrupar através desse conselho de bairro e seja uma voz representativa atuante pra que a gente possa, justamente, discutir os planos de bairro, as políticas públicas pra aquela região. Especificamente, se você, você com certeza abriu a minuta de lei, ele fala que esse regulamento, não dá pra gente estabelecer tudo isso num projeto de lei, ele vai ser definido através de regulamento, decreto, junto com toda a participação da sociedade, através do ConCidade. O ConCidade, ele tem essa participação junto, quando a gente discute a lei, de ajudar a instruir, fazer essa regulamentação. Então, a instrução exata de como se dá essa organização desse conselho de bairro tá justamente colocada no artigo 113, no inciso VI, parágrafo 2º: cada bairro ou conjunto de bairros do município contará com um Conselho de Bairro, de caráter consultivo, com atribuições definidas no regulamento, que é o decreto que vai regulamentar o Plano Diretor.</p>

**Audiência Pública do Plano Diretor
Respostas às Manifestações Orais**

Nome completo:	Comentário:	Parecer da Municipalidade:
ALEXANDRE PARIOL	<p>Apenas complementando, quem que vai defender essas características, por exemplo, vai depender de qual julgamento e quem serão as pessoas, e qual será o nível de participação das pessoas do bairro, sobre a caracterização, porque assim, é muito vago, vai depender da caracterização dos bairros. Mas, assim, eu quero saber exatamente quem são as pessoas que vão definir essa caracterização. Porque como pode ser de cima pra baixo, (...) será assim, ou pode ser, daqui, nós que moramos, nós que participamos, que vamos basicamente colocar.</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: Hoje, a gente não tem uma figura específica de criação do bairro. O que a gente tem, são outras leis, como é a lei de zoneamento, onde a gente tem uma ZOP-3, que é de uso extremamente único residencial, mas a gente não tem a figura exatamente. Foi o que o próprio Jorge já trouxe, quando a gente traz o abairramento, da questão territorial, da gente ter o Jardim Armênia com a Vila Oliveira. A criação dos conselhos de bairro, pra vocês entenderem, é justamente pra que a gente tenha essa construção junto com os moradores. É importante que os moradores façam o uso da palavra, exerçam o seu direito de cidadania e a sua vontade de viver no território. Ai, eu já falei isso noutras audiências, a questão específica de zoneamento será numa próxima etapa desse trabalho onde o Plano Diretor traz as diretrizes urbanísticas de desenvolvimento sustentável pra cidade como um todo, pros dez anos. Nós já discutimos aqui, várias questões de centralidade, onde o incentivo do Plano Diretor vem até próprio pras centralidades, sejam elas consolidadas, sejam elas a induzir, ou sejam elas que precisam ser melhor infraestruturadas. Então, é importante dizer isso, que é muito claro pra prefeitura, isso tá claro no Plano Diretor, a importância desses bairros, do abairramento, da sua organização, até porque a gente possa melhorar a infraestrutura. Não só da infraestrutura que existe hoje na Vila Oliveira, incrementar essa infraestrutura, mas de outros bairros que ainda são tão mais carentes quanto outras localidades. Então, a figura do Plano Diretor traz justamente isso. É o fortalecimento dessas políticas públicas pra que não só através das associações de bairro, a gente tenha, sim, dentro da instituição, a representação através do conselho de bairro, onde, sim, a gente vai passar a ver a construção de planos específicos, onde a gente saiba a escala de desenho da cidade como um todo e desse pra desenhar a escala do bairro, pra poder discutir o que os senhores trataram aqui: da calçada, da arborização, do tipo de comércio que tem, dos acessos, outras questões que são da vida do cidadão e do dia-a-dia</p>
ANA SANDIM	<p>Eu ando muito por Taiapuêba, Biritiba, a gente vê nas estradas o avanço muito grande de comércio, áreas que deveriam ter casas com 350 metros, têm 1500 metros na zona urbana, ou divisa com a rural, que tem que ter 20.000, estão se transformando em pequenos bairros de uma forma muito rápida. Você passa, daqui a dez dias você passa, tem casa nova, tá, a coisa tá indo rapidamente. Então, eu acho assim, que se a gente não prever um plano pra essas divisas, ou uma visão melhor que a gente possa considerar isso, nós vamos ter problema no futuro. Essa mancha que você apresentou, se você for no Taiapuêba ou no Quatinga, o Quatinga tem 4 lançamentos novos.</p>	<p>Resposta ofertada na Audiência: Esse mapa um, ele mostra justamente aonde a gente entende que é o consolidado, aonde tem a qualificar, aonde tem que fazer a proteção, do que você tá falando, justamente na área de recuperação dos mananciais, no extremo norte, no Taboão, também, a gente tem uma pressão muito grande. E as pessoas que estão procurando uma qualidade de vida, seja no sul do município, uma oportunidade pra fazer um sítio de final de semana, etc., a prefeitura tem sido muito firme, tem sofrido muito, uma pressão muito grande dessa (...). Inclusive, junto com o Ministério Público, pra coibir esses loteamentos clandestinos. Desvirtuamento dessas funções em áreas que são rurais, o que é uma pressão forte que a gente tá, e o Plano Diretor tá prevendo isso porque, justamente, o Plano Diretor traz, através do macrozoneamento, as premissas pra leitura.</p>